

DIREITO

PLANO DE TRABALHO: Conceito concernente à identificação da violência doméstica e familiar contra a mulher

ALUNO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA: Bárbara Vilar da Costa Amorim

PROJETO DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA: Justiça restaurativa: aplicabilidade da técnica de pacificação social em casos de violência contra a mulher

COORDENADOR: Ariane de Nazaré Cunha Amoras de Araujo

CURSO: Bacharelado em Direito

PALAVRAS-CHAVE: Violência doméstica contra a mulher; Justiça Restaurativa; Justiça Penal; Direitos Humanos.

Buscou-se, neste estudo, a conceituação da violência doméstica e familiar contra a mulher. Assuntos relativos à temática também foram conceituados: Justiça Restaurativa, Justiça Penal Tradicional e Direitos Humanos. O conceito de violência dado por Marilena Chauí foi tido como o que melhor a descreve: “violência é todo ato de força contra a espontaneidade, a vontade e a liberdade de alguém”. Foram vistos os dois tipos de violência (de forma natural: inerente ao ser humano; ou artificial: o excesso de força de um sobre o outro) e os conceitos biológicos e psicológicos. O método usado para o estudo foi o dedutivo-qualitativo.

PLANO DE TRABALHO: A atuação dos entes públicos como motivadores do enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher

ALUNO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA: Caroline Bariani Cardoso

PROJETO DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA: Justiça restaurativa: aplicabilidade da técnica de pacificação social em casos de violência contra a mulher

COORDENADOR: Ariane de Nazaré Cunha Amoras de Araujo

CURSO: Bacharelado em Direito

PALAVRAS-CHAVE: Violência doméstica contra a mulher; Justiça Restaurativa; Defensoria Pública, Belém, Pará.

Demonstrar de que forma a Justiça Restaurativa (JR) é aplicada pela Defensoria Pública em Belém, Pará, nos casos de violência contra a mulher, foi o objetivo deste Plano de Trabalho. A investigação foi somente de natureza qualitativa pelo fato de a Defensoria Pública não dispor de registros quantificados dos casos de violência contra a mulher. Concluiu-se que a aplicação da JR traz benefícios aos envolvidos nos crimes dessa natureza, mas o processo de capacitação e aprimoramento deve continuar. Somente a punição penal e a aplicação da lei não irão diminuir ou eliminar o crime. Há a considerarem valores culturais que persistem nas mentes de autores de violência doméstica.

PLANO DE TRABALHO: O fenômeno da violência contra a mulher à luz do Serviço Social e do Direito

ALUNO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA: Mary Helen Barata Araújo

PROJETO DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA: Justiça restaurativa: aplicabilidade da técnica de pacificação social em casos de violência contra a mulher

COORDENADOR: Ariane de Nazaré Cunha Amoras de Araujo

CURSO: Bacharelado em Direito

PALAVRAS-CHAVE: Violência doméstica contra a mulher; Justiça Restaurativa; Serviço Social e Direito.

Considerando as carências do Sistema Penal brasileiro no que se refere à resolução de conflitos entre as partes, o objetivo deste Plano e Trabalho foi analisar os benefícios da Justiça Restaurativa (JR) em casos de violência contra a mulher. Buscou-se a reunião de aportes teóricos e empíricos. Trouxe-se à discussão a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, documento mais conhecido como “Convenção de Belém do Pará”, adotada pelo Brasil a partir de 09 de junho de 1994. A JR, por de revelar como uma prática mais ampla que a prevista no sistema de justiça penal, sugere-se sua utilização como uma ferramenta mais adequada para a solução de conflitos que envolvam a violência doméstica contra a mulher.

PLANO DE TRABALHO: O paradoxo estatal sobre a liberdade em Antígona de Sófocles: uma perspectiva sobre suas ações limitadora e difusora de direitos.

ALUNO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA: Fernanda Almeida Castro Rodrigues

PROJETO DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA: Estado *versus* cidadão em “Antígona” de Sófocles

COORDENADOR Paulo Rogério de Souza Garcia

CURSO: Direito Bacharelado

PALAVRAS-CHAVE: “Antígona”; Sófocles; Estado Democrático de Direito

Este Plano de Trabalho destacou a importância da liberdade dentro do Estado Democrático de Direito na contemporaneidade, sob a ótica da tragédia grega “Antígona”, de Sófocles (2017). A obra trata do paradoxo entre a regulação dos direitos individuais do cidadão e a atuação do poder estatal. A protagonista é colocada no entrave entre suas convicções religiosas, seguindo as tradições tebanas, e os ditames do rei Creonte, que se vale sua posição política para impedi-la de enterrar seu irmão. Ainda que o controle estatal da liberdade seja exercido pelos representantes, estes devem sempre dialogar com a sociedade. A análise pautou-se em Piratelli (2012), Stuart Mill (2006), Marques Neto (2013) e na Constituição Brasileira de 1988., *jus puniendi* do Estado.

PLANO DE TRABALHO: A identidade feminista em “Antígona” de Sófocles: do antagonismo ao protagonismo

ALUNO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA: Victoria Callado

PROJETO DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA: Estado *versus* cidadão em “Antígona” de Sófocles

COORDENADOR Paulo Rogério de Souza Garcia

CURSO: Direito Bacharelado

PALAVRAS-CHAVE: “Antígona”; Sófocles; Dualidade jusnaturalista e juspositivista.

Verificar a identidade feminista em Antígona, de Sófocles, à luz do antagonismo e protagonismo dessa identidade foi o objetivo deste Plano de Trabalho, o qual analisa os diálogos da peça em tela com base em considerações de livros, de artigos científicos e da legislação. A obra é um referencial de extrema importância por inspirar a luta das mulheres por sua emancipação e servir de espelho para mostrar como, no Brasil, as camadas sociais ainda são tão dependentes dos governos e das elites em termos de direitos e garantias. A liberdade da obra, em expor a dualidade jusnaturalista e juspositivista, o Estado frente ao Cidadão, as leis naturais e a vontade humana, e até mesmo o homem e a mulher coloca em pauta assuntos tão à frente de seu tempo, que, indubitavelmente, a torna leitura obrigatória para acadêmicos e leigos até hoje.